



Dominar “as quatro partes do mundo”: essa era a ambição da monarquia católica (1580-1640). Para impor sua presença, espanhóis e portugueses aprendem a dominar ambientes desconhecidos. Do México ao Japão, do Brasil às costas africanas, de Goa às Filipinas, povos são confrontados com formas de pensamento e de poder que lhes são totalmente estranhas. Mistura dos seres ou resistência das tradições locais à dominação ibérica: a Terra se globaliza. Na aurora dos tempos modernos, não são apenas os modos de vida, as técnicas e a economia que perturbam os novos donos do planeta, mas também as crenças e os imaginários. Serge Gruzinski mostra que o passado é uma maravilhosa caixa de ferramentas para compreender o que se passa há séculos entre ocidentalização, mestiçagem e globalização. Ele nos convida a uma ampla volta ao mundo em companhia de personagens cujo destino encarna o confronto com as grandes civilizações e um império universal.

ISBN 978-85-314-1378-0



Edusp

ISBN 978-85-7041-966-8



Editora UFMG

Serge Gruzinski
As quatro partes do mundo

(EDITORaufmg)

edusp

Serge Gruzinski

As quatro partes do mundo

História de uma mundialização



(EDITORaufmg)

edusp

SERGE GRUZINSKI

AS QUATRO PARTES DO MUNDO
HISTÓRIA DE UMA MUNDIALIZAÇÃO

Cleonice Paes Barreto Mourão
Consuelo Fortes Santiago

TRADUÇÃO

UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
REITOR Jaime Arturo Ramírez
VICE-REITORA Sandra Regina Goulart Almeida

EDITORAufmg

EDITORA UFMG
DIRETOR Wander Melo Miranda
VICE-DIRETOR Roberto Alexandre do Carmo Said

CONSELHO EDITORIAL

Wander Melo Miranda (PRESIDENTE)
Ana Maria Caetano de Faria
Danielle Cardoso de Menezes
Flavio de Lemos Carsalade
Heloisa Maria Murgel Starling
Márcio Gomes Soares
Maria Helena Damasceno e Silva Megale
Roberto Alexandre do Carmo Said

USP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITOR Marco Antonio Zago
VICE-REITOR Vahan Agopyan

edusp

EDITORA DA USP
DIRETOR-PRESIDENTE Plínio Martins Filho
EDITORA-ASSISTENTE Carla Fernanda Fontana

COMISSÃO EDITORIAL

Rubens Ricupero (PRESIDENTE)
Carlos Alberto Barbosa Dantas (VICE-PRESIDENTE)
Chester Luiz Galvão Cesar
Mayana Zatz
Sedi Hirano
Tânia Tomé Martins de Castro
Valeria De Marco

Ana Costa - NOV 2017

EDITORAufmg

edusp

© 2004, Éditions de La Martinière | Título original: *Les quatre parties du monde: histoire d'une mondialisation*

© 2014, Serge Gruzinski

© 2014, Editora UFMG | Edusp

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita dos Editores.

G893q Gruzinski, Serge.

As quatro partes do mundo : história de uma mundialização / Serge Gruzinski ; Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago, tradução. – Belo Horizonte : Editora UFMG ; São Paulo : Edusp, 2014.

576 p. : il.

Tradução de: Les quatre parties du monde : histoire d'une mondialisation.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7041-966-8 (Editora UFMG)

ISBN: 978-85-314-1378-0 (Edusp)

I. América Latina – História. 2. Europa – História. 3. Ásia – História. 4. África – História. I. Mourão, Cleonice Paes Barreto. II. Santiago, Consuelo Fortes. III. Título.

CDD: 909

CDU: 930.9

Elaborada pela DITTI – Setor de Tratamento da Informação da Biblioteca Universitária da UFMG

COORDENAÇÃO EDITORIAL

E PREPARAÇÃO DE TEXTOS

ASSISTÊNCIA EDITORIAL

DIREITOS AUTORAIS

COORDENAÇÃO DE TEXTOS

REVISÃO DE PROVAS

REVISÃO TÉCNICA

PROJETO GRÁFICO, FORMATAÇÃO
E MONTAGEM DE CAPA

IMAGEM DE CAPA

Michel Gannam

Eliane Sousa e Euclídia Macedo

Maria Margareth de Lima e Renato Fernandes

Maria do Carmo Leite Ribeiro

Camila Figueiredo, Gláucio Rocha,
Gabriel, Juliana Santos, Késia Oliveira,
Michel Gannam e Simone Ferreira

Roberto Said e Alexandre Rodrigues

Diêgo Oliveira e Eduardo Ferreira

*Important Cultural Property, Western Kings
on Horseback, Momoyama period, early 17th
century*, © Suntory Museum of Art, Tokyo

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 - CAD II - Bloco III

Campus Pampulha 31270-901

Belo Horizonte-MG Brasil

Tel. +55 31 3409-4650 Fax +55 31 3409-4768

www.editoraufmg.com.br editora@ufmg.br

EDUSP - EDITORA DA UNIVERSIDADE

DE SÃO PAULO

Rua da Praça do Relógio, 109-A

Cidade Universitária 05508-050

São Paulo-SP Brasil

Divisão Comercial - Tel. +55 11 3091-4008/3091-4150

www.edusp.com.br edusp@usp.br

Para Décio de Alencar Guzmán

Foi feito o depósito legal

Sumário

| | |
|-------------------------------------|----|
| AGRADECIMENTOS | 13 |
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES | 14 |
| PRÓLOGO | |
| A VIRGEM E AS DUAS TORRES | 19 |
| A Virgem de Belém | 19 |
| Olhares europeus | 21 |

Primeira parte A mundialização ibérica

CAPÍTULO I

VENTOS DO LESTE, VENTOS DO OESTE, UM ÍNDIO

| | |
|---|----|
| PODE SER MODERNO? | 27 |
| A morte do rei da França | 28 |
| Leituras de um crime | 30 |
| Um índio pode ser moderno? | 32 |
| O Japão de todas as esperanças | 33 |
| O mundo segundo Chimalpahin. | 37 |
| “Um reino universal”. | 39 |
| “Histórias conectadas”. | 41 |
| Um teatro de observação: a monarquia católica (1580-1640) | 45 |
| Mestiçagens e dominação planetária | 48 |

CAPÍTULO II

| | |
|---|----|
| “SEM CESSAR AO REDOR DO MUNDO”. | 51 |
| A mobilização ibérica | 52 |
| O movimento dos homens. | 55 |
| A caça aos tesouros. | 59 |

| | |
|---|----|
| Circulações espirituais e travessias místicas | 64 |
| “Da China acaba de chegar a notícia” | 66 |

CAPÍTULO III

| | |
|--|----|
| UMA OUTRA MODERNIDADE | 73 |
| Livros ao redor do mundo | 73 |
| Imprensas da América e da Ásia | 78 |
| O retorno de novos saberes à Europa | 81 |
| Escalas planetárias | 83 |
| A mobilidade dos horizontes | 86 |
| Local/global ou a “pátria” e o “mundo” | 90 |
| Uma outra modernidade | 95 |

Segunda parte
A cadeia dos mundos

CAPÍTULO IV

| | |
|--|-----|
| MÉXICO, O MUNDO E A CIDADE | 99 |
| A mobilização dos <i>savoir-faire</i> indígenas | 101 |
| Mestiçagens linguísticas | 104 |
| Do mercado ao ateliê-prisão | 107 |
| A plebe da Cidade do México | 110 |
| Crise na Europa e distúrbios na Cidade do México | 113 |
| Os novos atores urbanos | 115 |
| As vias tortuosas da mestiçagem | 118 |
| A entrada da “plebe” na política | 119 |
| México contra a monarquia? | 122 |

CAPÍTULO V

| | |
|---|-----|
| “EM TI JUNTAM-SE A ESPANHA E A CHINA” | 125 |
| A linha de divisão dos mundos | 125 |
| As redes humanas | 127 |
| Notícias e livros | 129 |
| Uma encenação humanista do mundo | 133 |
| Da África à China | 137 |
| De Acapulco a Manila | 139 |
| Uma Ásia de sonho | 142 |

| | |
|---------------------------------------|-----|
| O debate sobre as origens | 145 |
| O mundo segundo os mestiços | 149 |
| Visões indígenas | 150 |

CAPÍTULO VI

| | |
|--|-----|
| PONTES SOBRE O MAR | 155 |
| Conexões ibéricas | 156 |
| Unindo os mundos | 158 |
| <i>Connected stories and histories</i> | 163 |
| Maria de Évora e Pedro de Malaca | 167 |
| O círculo dos mundos mesclados | 171 |
| Crenças, obsessões, fobias | 175 |
| Imaginários de riquezas | 179 |
| Um mundo único? | 184 |

Terceira parte
As coisas do mundo

CAPÍTULO VII

| | |
|---|-----|
| OS EXPERTS DA IGREJA E DA COROA | 189 |
| Os monges e os índios | 191 |
| De um extremo ao outro do mundo | 195 |
| Administradores e militares | 203 |

CAPÍTULO VIII

| | |
|---|-----|
| OS SABERES DO MAR, DA TERRA E DO CÉU | 213 |
| Médicos e plantas | 213 |
| Cosmógrafos e engenheiros | 219 |
| Propagandistas da monarquia | 228 |
| “ <i>Oh Índias! caos repleto de obstáculos...</i> ” | 229 |

CAPÍTULO IX

| | |
|---|-----|
| AS FERRAMENTAS DO CONHECIMENTO E DO PODER | 235 |
| Comunicar | 235 |
| Os antigos e os modernos | 237 |
| Rivalidades de autores, rivalidades de <i>experts</i> | 242 |
| Experiências locais e fontes indígenas | 245 |

| | |
|-----------------------------------|-----|
| O encontro das escritas | 249 |
| Miríades de línguas | 253 |
| O discurso do método | 258 |
| O socorro das imagens | 261 |

CAPÍTULO X

| | |
|---|-----|
| HISTÓRIAS LOCAIS, BALANÇO GLOBAL | 263 |
| A diversidade dos mundos | 263 |
| A diferença religiosa | 266 |
| Bárbaros ou civilizados? | 269 |
| Uma receptividade a outros mundos | 271 |
| Visões locais, horizontes planetários. | 274 |
| Visões engajadas e críticas | 276 |
| Conectar os mundos | 279 |
| Destinos privados e mundialização ibérica | 282 |

CAPÍTULO XI

| | |
|---|-----|
| AS PRIMEIRAS ELITES MUNDIALIZADAS | 285 |
| Elites católicas | 285 |
| Da China ao rio da Prata. | 287 |
| Uma visão global | 291 |
| Nas três partes do mundo | 294 |
| Conexões planetárias. | 297 |
| Um carioca mundializado | 305 |
| Poeta entre dois continentes. | 308 |
| Camões e Balbuena | 313 |
| Elites católicas e mundialização ibérica. | 316 |

Quarta parte
A esfera de cristal

CAPÍTULO XII

| | |
|--|-----|
| A PISTA DOS OBJETOS | 321 |
| Todos os tesouros do mundo | 323 |
| A Igreja, os príncipes e os comerciantes | 328 |
| A parte dos indígenas | 332 |

| | |
|---|-----|
| Reelaborações europeias. | 334 |
| Artes mestiças | 338 |
| Intercâmbios de mitologias | 343 |
| A invenção mestiça e os desafios do Renascimento. | 346 |
| Mundos mesclados. | 349 |

CAPÍTULO XIII

OS PAPAGAIOS DA ANTUÉRPRIA, ARTE MESTIÇA

| | |
|---|-----|
| E ARTE GLOBALIZADA | 351 |
| Maneirismo mestiço e maneirismo ocidental | 353 |
| Antuérpia e México | 355 |
| O silêncio dos olhos | 358 |
| Pintar na Cidade do México como em Sevilha | 363 |
| O cordão umbilical com a Europa. | 364 |
| O pintor e o vice-rei | 367 |
| Mestres castelhanos e flamengos na Nova Espanha | 369 |
| Mobilidade, espírito corporativo e artista exemplar | 372 |
| A demanda local | 374 |
| <i>Made in Mexico City</i> | 377 |
| Globalização e mestiçagens | 380 |

CAPÍTULO XIV

AS PAREDES DE VIDRO, OU A GLOBALIZAÇÃO DO

| | |
|--|-----|
| PENSAMENTO | 385 |
| O aristotelismo à conquista do mundo | 386 |
| Aristóteles intocável | 388 |
| As paredes de vidro | 392 |
| A esfera consolidada | 396 |
| Aristóteles reexportado | 401 |
| Andrés e o templo do Sol | 403 |

CAPÍTULO XV

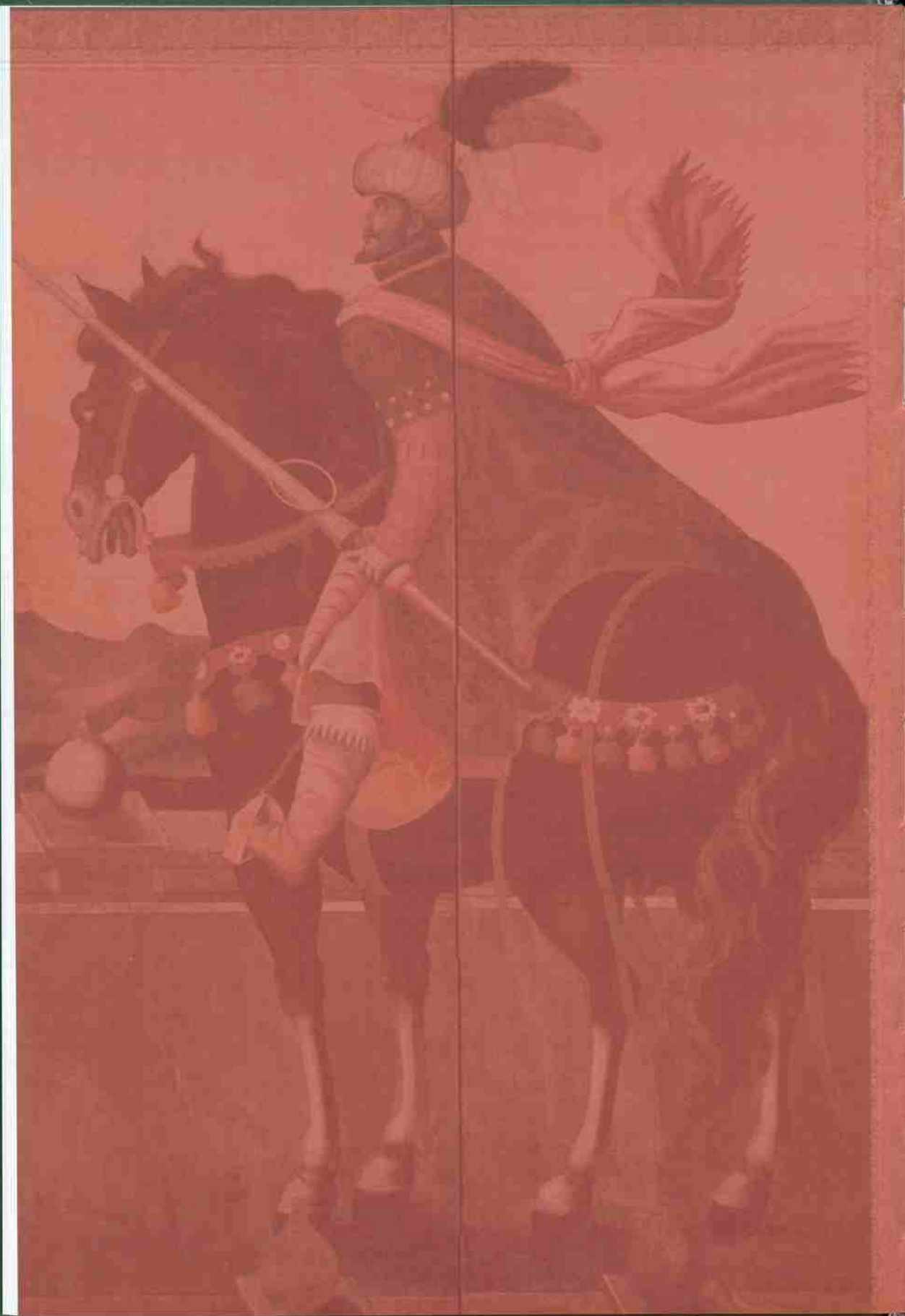
| | |
|--|-----|
| A GLOBALIZAÇÃO DAS LINGUAGENS. | 407 |
| A globalização do latim | 408 |
| A reforma da ortografia | 409 |
| À monarquia universal, linguagens universais | 413 |

| | |
|--|-----|
| Saberes do mundo e projetos da Coroa | 418 |
| A águia de duas cabeças | 424 |
| CAPÍTULO XVI | |
| À BEIRA DO PRECIPÍCIO, OS LIMITES DA GLOBALIZAÇÃO. | 429 |
| Os mediadores da monarquia | 430 |
| Aristóteles contra os saberes mestiços e populares | 432 |
| Aristóteles e a pedra bezoar | 434 |
| Nos confins dos pensamentos vencidos | 435 |
| Da Índia de Nobili ao Japão de Fróis | 440 |
| Falso encontro? | 444 |
| Tentativas abortadas | 448 |
| EPÍLOGO | |
| DE <i>MATRIX</i> A CAMÕES | 451 |
| NOTAS | 457 |
| BIBLIOGRAFIA | 551 |
| CRONOLOGIA | 555 |
| ÍNDICE ONOMÁSTICO. | 559 |

Agradecimentos

Explorei as trilhas deste livro no decorrer dos seminários e das conferências pronunciadas na École des Hautes Études en Sciences Sociales (1999-2003), na Universidade de Paris IV, na Universidade de Marne-la-Vallée, na Universidade Católica de Louvain, na Universidade Federico II, de Nápoles, na Universidade Católica de Lima, no Institute of Fine Arts (New York University) e muito particularmente no Brasil, de Belém do Pará, Porto Alegre, Belo Horizonte ao Rio de Janeiro e São Paulo. Agradeço a todos aqueles que me acolheram. Uma estada no Japão permitiu-me descobrir alguns dos tesouros que iluminam as páginas deste livro.

Meus alunos Marcos de Almeida, Nathalie Augier de Moussac, Maria Matilde Benzoni, Antonio Cano, Camilo Escobar, Alessandra Russo, Raffaele Moro e Gabriela Vallejo, estejam certos da ajuda que suas presenças, pesquisas e questões trouxeram-me sempre. Agnès Fontaine foi a primeira e a mais implacável das leitoras. Com Blandine Perroud e Lydia Robin, ela supervisionou pacientemente o nascimento deste livro. Enfim, sem Décio Guzmán jamais teria me aventurado no mundo lusófono, na sua língua e no seu passado. A todos minha gratidão e minha amizade.



PRÓLOGO

A Virgem e as duas torres

O planeta se mestiça, o mundo se globaliza e duas torres desabam em 11 de setembro de 2001. Algumas horas depois do ataque lançado contra o World Trade Center, de Nova York, em um velho restaurante do centro de Buenos Aires, o garçom nos traz a conta com um rosto transtornado. Acaba de perder quatro mil pesos, ou seja, quatro mil dólares, uma pequena mina em tempo de crise. Odeia-se por não ter jogado na combinação de três algarismos 2-86-56, que permitiu ao patrão levar a bolada ou *quiniela*:

2 = as torres

86 = a queda

56 = a bomba

Visto em tempo real, o atentado de Nova York não é mais que um palpite ganhador para apostadores argentinos. Em algumas horas apenas, uma tragédia transmitida por todas as mídias do planeta termina em drama de fundo de cozinha, em um restaurante do hemisfério Sul, à mercê de misteriosas equivalências cuja chave eu jamais teria.

A Virgem de Belém

A milhares de quilômetros de Nova York e de Buenos Aires, apenas um mês mais tarde, no sábado 13 e no domingo 14 de outubro de 2001, um rio de dois milhões de brasileiros invadiu as ruas escaldantes de Belém do Pará. Da metrópole da Amazônia, essa grandiosa manifestação religiosa responde ao ataque contra as Torres Gêmeas: a interminável procissão suplica à Virgem que traga paz à humanidade.

Como cada ano, sob um sol fulgurante, centenas de milhares de homens e mulheres participam da grande liturgia do *Círio da Virgem de Nazaré*, a peregrinação da Virgem de Nazaré. Partindo de Icoaraci, povoado vizinho, a

estátua da Virgem chega a Belém pelo rio, em um navio de guerra da marinha brasileira, escoltado por uma centena de embarcações de todos os tamanhos. Rodeado de autoridades eclesiásticas, bispos, arcebispo, cardeal, o ícone milagroso recebe a homenagem do prefeito da cidade. Dilúvio de flores brancas e amarelas, fogos de artifício, alvoradas das bandas militares, luz de uma brancura fulgurante e sol de chumbo... Aqueles e aquelas que fizeram um voto ou pagam uma promessa vão agarrar-se, durante horas, à gigantesca corda que puxa a berlinda, sobre a qual reina a estatueta milagrosa. No limiar do novo milênio, a antiga devoção aglutina o povo do estado do Pará, todas as classes se confundem, sob o olho vigilante dos párocos e com o auxílio solícito das grandes empresas que patrocinam o evento. A Igreja e o estado do Pará, os industriais e o Partido dos Trabalhadores se apertam em fileiras para não perder nada do entusiasmo popular que reúne a Amazônia brasileira.

O protesto maciço contra a destruição das duas torres desenrolou-se, pois, nos confins do Ocidente. Ele mobilizou rituais e objetos tão antigos quanto uma antiga festa religiosa, uma imagem milagrosa da Virgem, a Santa, e uma corda-fetiche, todas herdadas de um longínquo mundo barroco e português. Essa celebração expiatória passou, entretanto, despercebida das mídias internacionais, mais atraídas pelos índios da floresta do que pela manifestação inclassificável de uma herança colonial e mestiça, que não acaba nunca de renascer, ano após ano.

Neste domingo, 14 de outubro, a Virgem de Nazaré desembarca na Estação das Docas. Legado da idade de ouro da borracha, esses imensos entrepostos *Belle Époque* estão hoje transformados em um centro de entretenimento para uso da burguesia do Pará. Como a Estação das Docas de São Francisco ou de Londres, com sua fileira de butiques, de bares e de restaurantes, as Docas de Belém exibem os atrativos de um consumo refinado sob suas cúpulas invadidas por um frescor artificial. Uma judiciosa restauração desses vestígios do início do século XX plantou ali a decoração pós-moderna que faltava à capital do Pará. Os imensos vãos envidraçados permitem ao olhar do consumidor mergulhar no grande rio que a floresta margeia, mas isolam-no do mundo circundante. No interior, o ar condicionado opõe sua barreira invisível aos torpores do porto e à miséria da cidade. Se algumas butiques de artesanato indígena introduzem uma nota de exotismo, o

nome do restaurante La Pomme d'Or [A maçã de ouro] lembra por si só que as docas de Belém são a vitrine do "Primeiro Mundo".

Talvez seja eu o único a espantar-me com a vitalidade dessa festa que data dos séculos em que Espanha e Portugal, barrocos e colonizadores, imperiais e católicos, dedicavam-se a expandir no mundo o culto da Virgem, do México aos Andes, passando pelo Japão, China, Índia e África. Em Belém, como alhures, o cristianismo da Igreja teve de acomodar-se às crenças dos índios, dos negros e dos caboclos, esses mestiços da Amazônia. Saindo ileso das vagas da modernização que sacudiram o Brasil, depois do século XIX, nesses 13 e 14 de outubro de 2001, a Virgem de Belém é a encarnação viva, ao mesmo tempo, da mestiçagem e de uma mundialização velha de várias centenas de anos. Ela resiste à "primeira guerra do século XXI".

Olhares europeus

Três semanas após a peregrinação, em 3 de novembro de 2001, em um artigo do *Le Monde*, Jean Baudrillard questionava-se sobre a significação da catástrofe de 11 de setembro, "acontecimento único e imprevisível". Mostrava, sem dizê-lo, o perfil "mestiço" dos autores do atentado: "Eles assimilaram tudo da modernidade e da mundialidade, sem mudar de objetivo, que é destruí-las"; jogaram com a especulação da bolsa, com as tecnologias informáticas e aeronáuticas; exploraram a dimensão espetacular e as redes midiáticas, aproveitando imagens recebidas em tempo real de todo o planeta. A mundialização faz nascer todos os tipos de misturas, a tal ponto que mesmo as astúcias que se levantam contra ela, para tentarem destruí-la, são, elas também, mestiças. Usando conjuntamente "todos os meios modernos disponíveis", os terroristas atingiram uma eficácia simbólica sem precedente.

A essa "transfiguração da potência real em potência simbólica", o Ocidente não teria a opor senão sua racionalidade e seu desencanto, conclui o filósofo. Mas a Europa ocidental e os Estados Unidos não são senão uma parte do Ocidente. Caminhando, os dois milhões de peregrinos de Belém haviam demonstrado que o mundo ocidental não se resume nem ao vazio de uma Europa enfasiada nem à loucura pietista de uma América imperial.

Os "arcaísmos" da América Latina merecem, pois, toda nossa atenção. Em Belém do Pará, a Virgem de Nazaré irradia sua aura para exorcizar as ameaças de guerra que a queda de duas torres inscreveu no céu do globo e

nas telas das televisões. A presença da Virgem, fixada em seu nicho de vidro e madeira dourada, galvaniza as multidões em prece. No Brasil e na Argentina, cada um à sua maneira, os adoradores da Virgem ou os apostadores de Buenos Aires tentaram capturar o drama de 11 de setembro de 2001. Que elas se moldem na paixão do jogo ou na grande tradição mariana da América Latina, essas apropriações populares procuram “pensar o mundo”, dar-lhe um sentido – aqui, unindo um acontecimento planetário a uma grande liturgia local; lá, associando o universo banal do cotidiano aos estilhaços de uma tragédia longínqua. Em Belém e em Buenos Aires, a onda de terror que percorreu o globo transformou-se de maneira imprevista, sublime ou prosaica. O global fundiu-se no local com base em ajustamentos e mestiçagens. O arcaísmo religioso de Belém, com sua apoteose mariana neobarroca, a modernidade tardia dos jogadores de Buenos Aires são reações espontâneas às ações dos camisas americanizados de Manhattan, que nenhuma ordem mediática veio mobilizar. Ou quase, porque a peregrinação de Belém é também uma festa patrocinada...

Essas experiências de um dia, esses índices recolhidos ao acaso das viagens estão no ponto de partida desta obra. Eles incitaram-me a refletir sobre a mundialização, a partir de uma terra que não seria nem a Europa nem os Estados Unidos, uma periferia que se tem ainda como um inesgotável reservatório de exotismos e de primitivismos. Como explicar os laços entre a mundialização e o amálgama generalizado dos homens e das sociedades sobre o planeta? Onde se detêm as mestiçagens? Em torno da Virgem, em Belém, cruzam-se todos os tipos de épocas, de multidões, de crenças, de tradições e de modernidades. Durante esse tempo, à beira do rio, distante das massas mescladas e pingando suor de se apertarem em torno da corda, o paraíso refrigerado e asseptizado das docas reserva aos mais favorecidos a ilusão de partilhar dos prazeres do “Primeiro Mundo”. Como se existissem várias maneiras de entrar em mundialização, no meio das multidões de “caboclos desdentados” ou, a dois passos, transpondo as portas das docas. Porque nem tudo é mestiçagem no planeta. Por toda parte misturas se chocam contra barreiras e contra modelos de vida originários do Ocidente.

Para tentar penetrar nas relações ambíguas da mundialização e das mestiçagens, retomarei o caminho do passado, como o fiz em *La pensée métisse*.¹ A reação multitudinária da capital amazônica coloca-nos no rastro tão gigantesco quanto enigmático de uma história há muito tempo planetária: ela

remete a etapas mais antigas que concernem, ao mesmo tempo, à Europa, à África, à Ásia e à América. A mundialização teria conhecido precedentes em épocas e regiões que se tem demasiada tendência a ignorar? Para recuar nesse tempo, que aflora por todo lado nas avenidas de Belém, algumas ideias simples: abordar a mundialização partindo do México, do Brasil, das costas da Índia ou da África; descentrar o olhar esforçando-se para vencer as armadilhas do etnocentrismo; interrogar os atores desses fenômenos planetários; enfim, recolocar juntas regiões, seres, visões e imaginários que o tempo separou. Em resumo, mostrar que a história permanece uma maravilhosa caixa de ferramentas para compreender o que está em jogo, há vários séculos, entre ocidentalização, mestiçagem e mundialização.

Primeira parte
A mundialização ibérica

Pode-se percorrer o mundo
passando pelas terras de Felipe.

Lope de Vega, "La octava maravilla", 1618.

CAPÍTULO I

Ventos do leste, ventos do oeste

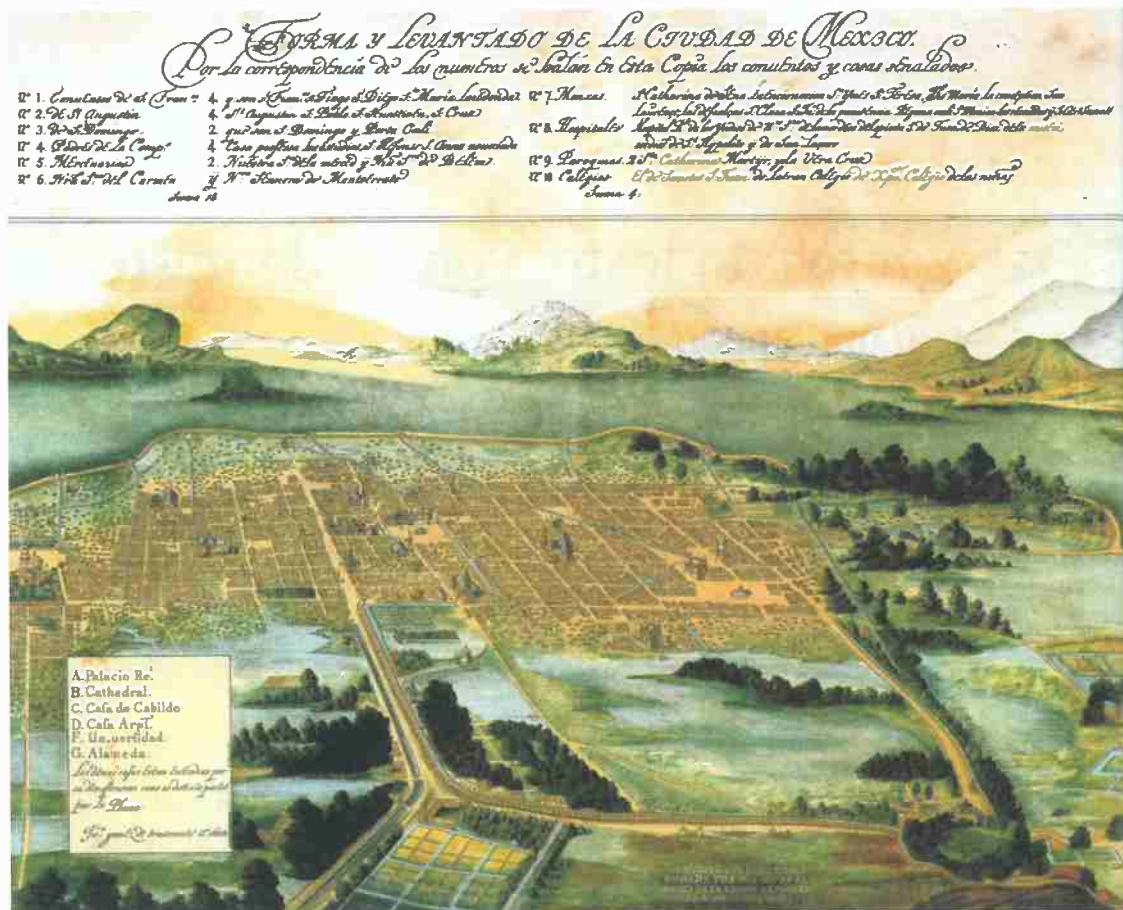
Um índio pode ser moderno?

É moderno aquele que é forçado a se perguntar o que fazem hoje os chineses e os islandeses.

Peter Sloterdijk, *L'heure du crime et le temps de l'oeuvre d'art*, 2001.

“Axcan miercoles yc 8tia metztli setiembre de 1610 años, y quacnican Mexico...” Na quarta-feira, 8 de setembro de 1610, a notícia chegou da Espanha ao México: soube-se que haviam assassinado o rei da França, Henrique IV, e quem o assassinou foi um vassalo, um de seus servidores e de seus pajens; não foi um cavaleiro nem um nobre, mas um homem do povo. Soube-se que o estrangulou em plena rua, quando o rei ia em sua carruagem em companhia do bispo núncio. Para estrangulá-lo, o servidor lhe remeteu uma carta em sua carruagem, a fim de que o rei se inclinasse para vê-la. Foi então que o estrangulou sem que se saiba por quê. O rei circulava na cidade; percorria uma rua a fim de ver se estava convenientemente decorada para as celebrações em honra de sua esposa, que ia ser coroada rainha da França.¹

Por mais que o assassinato de Henrique IV tenha sido um dos mais célebres episódios da história da França, é surpreendente descobrir seu relato a milhares de quilômetros do reino dos lírios, em casa de um morador da Cidade do México e, mais ainda, na pena de um cronista indígena e na língua dos astecas. Foi, entretanto, Domingo Francisco de San Antón Muñón Chimalpahin Cuauhtlehuanitzin, nobre *chalca*,² que teve o trabalho de consignar o acontecimento em seu *Diário*, na data de 8 de setembro de 1610.



Plano da Cidade do México, Juan Gómez de Trasmonte, 1628.
 Museu da Cidade do México, México. G. Dagli Orti, Paris.

A morte do rei da França

As circunstâncias do atentado são bem conhecidas. Em 14 de maio de 1610, no início da tarde, o rei da França pega sua carruagem para visitar Sully, seu superintendente das Finanças. Sai do Louvre acompanhado dos duques de Épernon, de Montbazon, de La Force e do marechal de Lavardin e decide ir inspecionar as decorações preparadas para a entrada solene da rainha, Maria de Médicis. Na véspera, sua esposa havia sido coroada e consagrada em Saint-Denis. Na rua de La Ferronnerie, um ajuntamento obriga o cortejo a parar. Enquanto a magra escolta dispersou-se, um homem ruivo surgiu, passou por cima de Épernon e golpeou Henrique IV por três vezes. Os companheiros do rei reagiram tarde demais. Henrique perde a consciência e entrega sua alma a Deus.

A morte daquele que fora durante muito tempo o inimigo da casa da Áustria e que se preparava então para partir em campanha contra o imperador não deixou, pois, indiferente nosso memorialista mexicano. O relato que faz do assassinato do rei da França insere-se entre dois outros acontecimentos: um, dotado igualmente de ressonância internacional, o outro, puramente local. Em 31 de julho de 1610, o *Diário* de Chimalpahin consigna a consagração da igreja da casa professa da Companhia de Jesus, no México, e a proclamação da beatificação de Santo Inácio de Loyola.³ Nesse dia, uma longa procissão abalou-se da catedral até a Igreja de Santo Agostinho, depois à do Hospital do Espírito Santo, antes de terminar no santuário da casa professa. Bascos participaram da cerimônia que trazia um dos seus sobre os altares da Igreja universal: “Vestiram-se de soldados e deram tiros de arcabuzes diante do [muito santo] sacramento.” Como lembra Chimalpahin, “havia 55 anos que [Santo Inácio] morrera em Roma, capital do mundo”. O cronista sublinha o fausto da celebração: “Ela se fez com grande solenidade, como nunca antes para nenhum santo”,⁴ ao mesmo tempo que exprime a espera impaciente de uma canonização anunciada.

Em 18 de setembro, justamente depois de ter relatado o assassinato de Henrique IV, Chimalpahin reteve um acontecimento aparentemente mais anódino: a ordenação de um dominicano, Tomás de Rivera. Tomás é um monge mestiço, oriundo da mesma nobreza que Chimalpahin, e descendente de um senhor de Chalco-Amecameca, dom Juan de Sandoval Tecuanxayacatzin Teohuateuctli. É o arcebispo do México em pessoa, frei García Guerra, que celebra a missa. Esse pequeno acontecimento mundano lembra-nos, se fosse preciso, que a cidade do México é também uma cidade mestiça.⁵

Que um cronista indígena se interesse de perto pelas elites de sua província natal e pelo que se passa na cidade onde reside, tudo muito banal. Conquistada por Cortés em 1521, o México, capital do reino da Nova Espanha, depois de ter sido a do império Mexica, na entrada do século XVII, era uma das metrópoles mais prósperas do mundo hispânico. Que Chimalpahin demore na festa da beatificação de Santo Inácio de Loyola não é mais tão surpreendente, ainda que a festa se inscreva em um contexto diferentemente mais vasto, que evoca os laços que a cidade do México mantinha com Roma, *itzontecompa yn cemanahuatl*, a “capital do mundo”. Em compensação, espera-se menos que Chimalpahin registre uma notícia vinda, via Espanha, desse reino longínquo, desse país rival e religiosamente suspeito que é a França dos Bourbons.

Leituras de um crime

Como interpretar a recepção de semelhante notícia? No século XIX, a historiografia francesa havia feito do reino de Henrique IV uma etapa crucial do nascimento da França moderna. O assassinato do bom rei anunciava o fim de uma política de tolerância e de paz, e o gesto criminoso de Ravailac era o símbolo do fanatismo. No século XX, em uma Sorbonne ainda poupada pelas turbulências de Maio de 1968, o professor Roland Mousnier decifrava no atentado a marcha do absolutismo.⁶ No fim do século XX, visto dos Estados Unidos e passado pelo crivo da crítica pós-moderna, o acontecimento suscita comentários menos hexagonais, mas não menos exaltados. Ele se tornou uma das etapas emblemáticas da modernidade, o portal entre uma primeira fase humanista, dominada por Erasmo e Montaigne, e uma segunda, conduzida pela teoria e pelo racionalismo de Descartes.⁷ Para Stephen Toulmin, existiria um forte vínculo “entre o assassinato de Henrique IV e a recepção do pensamento cartesiano”. Manifestação do fracasso e do fim do Renascimento, signo do abandono sem volta das posições cétricas de um Erasmo, de um Rabelais ou de um Montaigne, o atentado de 14 de maio e a Guerra dos Trinta Anos marcariam a entrada brutal na idade clássica e na modernidade cartesiana.

Que a repercussão do acontecimento possa ultrapassar as fronteiras do Velho Mundo⁸ e atingir outros continentes, não toca mais o pesquisador americano que o mestre da Sorbonne. História factual, ainda que a mais atenta, ou leitura pós-moderna, as duas abordagens concordam em reduzir o mundo à Europa ocidental.⁹

Uma cultura histórica e uma longa tradição de etnocentrismo não incitam, com efeito, a levar em conta o olhar dos outros, menos ainda o de um cronista indígena do México espanhol: não queria o uso que fosse a Europa a olhar o resto do mundo, e não este a observá-la? A perspectiva mexicana revela-se, entretanto, tão instrutiva quanto a francesa ou a europeia. Mas que dimensão atribuir à recepção desse episódio no México? E, primeiramente, quais são os fatos que chegam aos ouvidos de Chimalpahin? Em vários detalhes, sua versão afasta-se da versão canônica da morte de Henrique IV. O núncio não estava presente no passeio; a rainha Maria de Médicis havia sido coroada na véspera; foi escutando a leitura de uma carta, e não recebendo-a das mãos de seu assassino, que Henrique IV sofre o golpe fatal.¹⁰

Ravailac era mesmo um “homem do povo”, como escreve Chimalpahin, mas não “um de seus servidores e de seus pajens”.¹¹ O cronista indígena insiste na origem popular de Ravailac, empregando a fórmula náuatle *amo pilli amo cavallero çan cuitlapilli atlapilli*,¹² que ele havia também aplicado a Antonio Valeriano, o primeiro governador plebeu dos índios da Cidade do México. Essa fórmula podia, pois, perfeitamente, designar um Ravailac que havia sido “clérigo e camareiro” e cujos pais “viviam de esmola a maior parte do tempo”.¹³ A notícia, vinda de Paris, chega a Madri, depois a Sevilha, para terminar, enfim, na Cidade do México; modifica-se, pois, ao longo do caminho, mesmo se, quanto ao essencial, o relato mexicano permaneça fiel aos fatos. Ela nos revela a que velocidade a informação atravessa o oceano: é em menos de quatro meses – 14 maio-8 setembro – que ela chega ao coração do reino da Nova Espanha.

Qual foi o impacto da notícia na Cidade do México? Pela segunda vez, em pouco mais de 20 anos, um monarca francês morria pela faca de um regicida.¹⁴ Para as elites da cidade, o horror suscitado pelo assassinato de um soberano legítimo e católico não era sem dúvida desprovido de segunda intenção. Talvez mesmo aí se misturasse uma secreta satisfação, tanto que a conversão do rei da França estava longe de ter convencido as outras potências católicas. Henrique IV não estaria se preparando para retomar as armas contra os aliados do imperador e da Espanha?¹⁵ Em suma, o interesse pelos negócios da França não era novo no México: parece que, em 1600, o editor Antonio Ricardo aí tenha publicado um livro sobre o Cerco de Paris, *El Cerco de París por Enrico de Borbón*, no todo ou em parte devido ao cônego e poeta Bernardo de la Vega.¹⁶ A emoção que provocou um ato tão sensacional tinha também do que interessar um Chimalpahin, que seguia a história dinástica europeia, como testemunham as últimas páginas de seu *Oitavo relatório*.¹⁷

Mas não é a recepção do acontecimento que reterá nossa atenção, nem a maneira como o relato do assassinato adulterou-se entre a Europa e as Índias ocidentais. Preferiremos fazer dele o ponto de partida de uma interrogação sobre os horizontes intercontinentais, revelados pela notícia, no México, da morte do rei da França e sobre os vínculos que a Nova Espanha mantinha com o resto do mundo.

Um índio pode ser moderno?

Por que um cronista local, *a priori* “fechado” em sua língua e em seu universo indígenas, teria experimentado a necessidade de consignar o drama parisiense? A curiosidade pessoal não explica tudo. Seu *Diário* talvez seja emblemático de uma outra “modernidade”, que não se confundiria com a marcha irresistível para o absolutismo e menos ainda com a racionalização do pensamento europeu – Montaigne revezado por Descartes. Tal modernidade faria aflorar um estado de espírito, uma sensibilidade, um saber sobre o mundo nascidos da confrontação de uma dominação de visão planetária com outras sociedades e outras civilizações.

Um índio pode ser moderno? Talvez fosse preciso dar a esse termo uma ressonância particular, começando por interrogar os julgamentos de nosso memorialista. Quando Chimalpahin evoca costumes indígenas, como o calendário ou as crenças ligadas aos eclipses, ele os reporta sempre aos *huehuetque*, aos “antigos”. No entanto, não o faz como herdeiro fiel da tradição ameríndia, mas como um letrado *chalca* que escolheu o cristianismo e que se obstina a distanciar-se de seu passado, sem nem por isso obliterá-lo. É sua maneira própria de se posicionar como “moderno”. Sua explicação do eclipse do sol, de 10 de junho de 1611, vale seu peso em ouro.¹⁸ Ela aparece também no *Diário* que nos deixou. Retomando as afirmações dos “astrólogos” e dos “filósofos” europeus, ele expõe a interpretação do fenômeno feita por eles.¹⁹ O que o leva a criticar abertamente os antigos: “Nossos avós, os antigos, que eram ainda pagãos, não sabiam nada disso, e é por essa razão que ficaram tão perturbados.”²⁰ Mas nem por isso se esquece de lembrar que os próprios sábios europeus erraram em seus cálculos: em vez de acontecer como previsto entre 11 e 14h, o eclipse se fez esperar até 14h 30min, semeando o pânico na grande cidade. Essa dupla distância, tomada em relação à ignorância dos antigos e aos erros dos europeus²¹, é um dos indícios dessa modernidade planetária que nos propomos a cernir ao longo desta obra.

Os habitantes da Cidade do México não são os únicos a interessar-se pelo soberano francês. Na mesma época, do outro lado do Pacífico, pintores japoneses representam o rei Henrique IV em companhia de outros príncipes do mundo,²² contribuindo, a seu modo, para a circulação planetária das coisas europeias. O monarca, vestido de vermelho, caracola em um cavalo negro sob

um céu de ouro. À esquerda, o imperador Carlos Quinto; à direita, o Grão-Turco e o rei da Etiópia (ou do Congo?). Os quatro soberanos encarnam os reinos de um globo, onde falta ainda a América. Inspirada em gravuras flamengas, a cena desenrola-se sobre uma ponte lançada por cima das águas sombrias. A passarela liga as diferentes partes do mundo. Como sugerem esse biombo e o *Diário* de Chimalpahin, de Paris à Cidade do México ou da Antuérpia a Nagasaki, imagens e notícias da França circulavam e faziam a volta na Terra. Em outros biombos ou *byobu* executados no mesmo período, entre 1600 e 1614, os amadores japoneses podiam admirar uma espetacular interpretação da batalha de Lepanto (7 de outubro de 1571) ou interrogar-se sobre mapas do mundo que metamorfoseavam os trabalhos do geógrafo Ortelius, em imensas composições multicores.²³ Como Chimalpahin, os artistas japoneses e seus nobres clientes percebem o planeta através da representação que dele fazem os Países Baixos espanhóis, e que os ibéricos exportam. Com a diferença de que o cronista mexicano teve também o privilégio de ver japoneses chegarem em carne e osso à Cidade do México.

O Japão de todas as esperanças

Se, no primeiro decênio do século XVIII, a capital da Nova Espanha não fica surda aos acontecimentos que se desenrolam do outro lado do Atlântico, é porque ela pertence a um mundo que ultrapassa de todas as partes o vale da Cidade do México e ignora tanto os limites do México quanto os das Índias ocidentais; um mundo que se abre às “quatro partes” do globo e sobre o qual reinava um rei, Felipe III, que Chimalpahin chamava, em sua língua náuatle, o Cemanahuac Tlahtohuani, o “Soberano Universal”. Toda a obra do cronista transborda de anotações que desenham um imaginário planetário, cujas referências nos parecem muitas vezes inesperadas. Dois meses depois de ter evocado o assassinato do rei de França, em 15 de novembro de 1610, Chimalpahin dirige seu olhar para o Japão e anota:

Dom Rodrigo de Vivero, vindo do Japão, perto da China, fez sua entrada na Cidade do México (...) Perdera-se no mar quando de sua volta ao México e toda sua carga, mas uma tempestade lançou seu navio nas costas do Japão; dom Rodrigo chegou diante do imperador do Japão, conversou com ele e fez-se seu amigo [tanto e tão bem que o imperador] emprestou-lhe a fortuna que Rodrigo trouxe à Cidade do México e levou, além disso, alguns japoneses com ele.²⁴



A batalha de Lepanto. Biombo japonês, início do século XVII.
Kosetsu Museu de Arte, Japão (DR).

Um mês mais tarde, na ocasião em que a embaixada japonesa atravessa a Cidade do México, Chimalpahin relata as negociações de Rodrigo de Vivero com os japoneses, antes de descrever-nos esses seres nunca vistos, desfilando orgulhosamente pelas ruas da cidade.²⁵

Todos estavam vestidos como se vestiam lá, com uma espécie de colete e um cinto em torno da cintura, onde levavam sua *katana* de aço, que é uma espécie de espada; tinham também uma mantilha; as sandálias que calçavam eram de um couro finamente curtido, que se chama pele de camelo; eram como luvas para os pés. Não se mostravam tímidos, não eram pessoas calmas ou humildes, tinham, ao contrário, o aspecto de águias ferozes. Tinham a testa brilhante, porque raspavam a metade do crânio; sua cabeleira partia das têmporas e fazia a volta da cabeça até a nuca; tinham os cabelos longos, porque os deixavam crescer até os ombros, não cortando senão as pontas; pareciam um pouco a moças, porque cobriam a cabeça; dos cabelos não muito longos da nuca, faziam uma pequena trança [atrás]; e como tinham a metade da cabeça raspada, davam a impressão de usar tonsura. Não tinham barba e seus rostos eram femininos, porque eram imberbes e pálidos; eis como eram fisicamente os japoneses, que não eram muito altos, como todos puderam apreciar.²⁶

Não é a primeira vez que Chimalpahin interessava-se pelo arquipélago nipônico. Em dezembro de 1597, seu *Diário* torna-se o eco da notícia, no México, de um episódio tristemente célebre no Ocidente: a execução dos mártires de Nagasaki, em 5 de fevereiro do mesmo ano.²⁷ Seis franciscanos descalços, espanhóis, foram supliciados pelos japoneses: “Morreram crucificados, as mãos pregadas sobre uma cruz, e outros cristãos então morreram também, porque os mataram juntos; isso se fez sob as ordens do imperador do Japão.”²⁸ Os despojos dos mártires chegaram à capital da Nova Espanha um ano mais tarde, em dezembro de 1598.²⁹ Um santuário da Nova Espanha guarda, pintados, alguns de seus traços. Tudo indica que os grandes afrescos do convento de Cuernavaca foram executados nessa época, a partir de pinturas feitas em Macau.³⁰ É verdade que se a monarquia mantinha ambições universais, o chefe do Japão de então, Hideyoshi, que dispunha de um dos melhores exércitos da Ásia, não deixava de ter projetos grandiosos. Em 1591, ele comunicou ao vice-rei da Índia sua intenção de apoderar-se da

China, e, em uma outra carta dirigida ao governador de Manila, anunciava que havia conquistado as ilhas Ryukyu e que desejava doravante submetê-lo ao império celeste. Um ano antes, ele havia até acrescentado a Índia a seu programa de conquista.³¹

Dezesseis anos mais tarde, em 4 de março de 1614, uma segunda embaixada japonesa faz sua entrada solene na capital da Nova Espanha. Ela ia a Roma visitar “o santo padre Paulo V e prestar obediência à santa Igreja, porque todos os japoneses querem se fazer cristãos.”³² Detalhes intrigam o memorialista, como estes “bastões finos e negros” que os enviados levam: “Seriam suas lanças? O que elas significam? Seriam [as insígnias] que precedem os senhores no Japão?”³³ O México indígena descobre novidades longínquas, mas desta vez elas não lhe vêm da Europa. Um ano antes, em abril de 1613, a multidão parisiense apertava-se para admirar os embaixadores tupinambás do Brasil, com a mesma curiosidade que os habitantes da Cidade do México para com os emissários japoneses. Pequeno planeta, onde os asiáticos desembarcam no México, depois que os ameríndios do Brasil pisaram o solo de Paris! A sincronização dos homens e das sociedades estava em bom caminho.

Nosso cronista cita pouco a França em seu *Diário*, prova que nessa data o reino do bom rei Henrique IV ainda estava longe de monopolizar a atenção do vasto mundo. Chimalpahin tem os olhos voltados muito mais para o continente de todas as esperanças, essa Ásia chinesa e japonesa, cuja conversão ao catolicismo parecia iminente. A embaixada de 1614 suscitou, aliás, o entusiasmo geral. Essa nova cristandade parecia a dois passos de liberar-se das garras do diabo e das malhas da idolatria:

Todos os japoneses querem fazer-se cristãos [escreve Chimalpahin]. Queira Deus Nosso Senhor que tudo se passe bem, que neles se afirme constantemente a graça divina como desejam e querem, e se realmente eles vêm com sua inteira vontade, que Deus Nosso Senhor os ajude e os salve para que em Sua presença eles possam ser e viver eternamente. Amém.³⁴

Os moradores da Cidade do México imaginam as autoridades japonesas com as melhores intenções a respeito do rei da Espanha – não lhe propunham, sem descanso, “não fazer guerra, mas estimarem-se”? As perspectivas espirituais e comerciais que se abriam aos dois reinos os encantavam. A paz não permitiria aos “japoneses virem à Cidade do México vender e fazer comércio”?³⁵

Enquanto se espera, em 9 de abril de 1614, 20 japoneses fizeram-se batizar na Igreja de São Francisco, menos de um século depois dos primeiros batismos em terra mexicana. Quem podia então imaginar que as vias do Céu e do comércio se fechariam ao mesmo tempo, e que, isolando-se do mundo ocidental, o Japão dos Tokugawa voltaria as costas para Deus e para Nova Espanha?³⁶

O mundo segundo Chimalpahin

O universo de nosso cronista assemelha-se ao dos letrados europeus, revisto por um olho indígena razoavelmente hispanizado. Um mundo que se compõe de quatro partes, como ele faz lembrar em seu *Segundo relatório*, quando interrompe o relato da origem de Aztlan, a cidade mítica de onde vieram os astecas: “Digamos um pouco, para tranquilizar os corações, qual é a grandeza dos mares e das terras.” As explicações que ele oferece são quase literalmente retomadas de uma obra publicada na Cidade do México, em 1606, o *Repertorio de los tiempos e historia natural de la Nueva España*, de Heinrich Martin.³⁷ “Todas as terras do mundo, que foram descobertas até hoje, dividem-se em quatro partes. Que o saibam aqueles que verão este papel escrito: a primeira é a Europa, a segunda é a Ásia, a terceira é a África e a quarta o Novo Mundo.”³⁸

O mundo do índio Chimalpahin tem uma “capital mundial”, Roma, e um “soberano universal”, o rei da Espanha. Sua cartografia mental aborda Portugal, privilegia a Espanha e Roma e, por razões eminentemente pessoais, a Itália e a França, terras de origem dos monges de San Antonio Abad, aos quais ele mesmo está ligado, porque se ocupa de sua capela.³⁹ Conduzindo-a pelo caminho traçado por esses religiosos, sua pena projeta-o em direção a terras sempre mais longínquas, “no Oriente, na Grécia, nas duas Armênicas, a Grande e a Pequena, em Moscou e na Etiópia, que é reino do que se chama o ‘Padre Jean’.” Sua América estende-se do Novo México ao Peru, passando pela Califórnia, Flórida, Cuba, Santo Domingo, Guatemala, Honduras.⁴⁰ Sua Ásia abarca as Filipinas, Cebu, as Molucas, o Japão, a China. Sobre esse mapa do mundo, reconstituído a partir das anotações de seu *Diário*, chamam a atenção algumas ausências importantes, como a África ocidental, o Maghereb ou a Índia. Mas outros escritos do cronista corrigem essas lacunas, descrevendo uma África que corre “de Fez, do Marrocos, de Túnis e Tlemcen” ao Cabo da Boa Esperança via Líbia, Cabo Verde e a “Terra dos Negros”.⁴¹ Aí se representa uma Ásia forte da “Índia de Portugal” e da

“Grande China”, da “Pérsia do Sofi”, do império dos Tártaros e o do Grão-Turco.⁴² A quantidade de referências livrescas, indiferentemente registradas, mistura-se aos verdadeiros interesses pessoais em certas partes do mundo. Os países estrangeiros que enumera não são forçosamente nomes vazios em listas que ele recopia. É testemunho disso sua breve história dos países europeus no século XVI, retraçada através dos grandes casamentos de príncipes do Renascimento, que não têm nenhum segredo para ele. Mas não nos deixemos enganar quanto a isso: são as regras da sucessão, e não os segredos de alcova, que cativam o cronista *chalca*.⁴³

Chimalpahin seria um caso excepcional? Nascido em 1579, no vale da Cidade do México, pertence à pequena nobreza indígena de província. Tendo chegado cedo à capital da Nova Espanha, recebe uma educação de qualidade, provavelmente junto aos franciscanos, e frequenta círculos eclesiásticos. Em 1593, na qualidade de converso, ele tem a seu cargo a ermida extramuros de San Antonio Abad, em Xoloco, ao sul da cidade.⁴⁴ Essa capela é ligada à ordem dos Antoninos, dos cônegos regulares, que Chimalpahin sonha em ver implantar-se na Nova Espanha. Suas obrigações deixam-lhe bastante tempo livre para levar adiante sua obra de historiador, alternando “pesquisas de campo”, leitura e escrita. Suas origens sociais são honoráveis, sem ser prestigiosas, e as funções que ocupa parecem relativamente modestas. Chimalpahin não pertence à aristocracia mexicana, nem mesmo ao meio dos notáveis indígenas que distribuem entre si o governo dos índios da Cidade do México, e têm todas as razões de serem melhor informados que ele sobre os negócios da cidade, da Espanha e do mundo. Muitos dentre eles têm oportunidade de viajar entre a Espanha e o México. Mas Chimalpahin tem a seu favor as exigências de cronista e seu gosto imoderado pela escrita. Elas explicam a riqueza de suas referências, a diversidade de seus interesses, a extensão e os limites de seus conhecimentos. Mas esses mesmos limites valorizam também seu testemunho oriundo de fontes indígenas, que ele explora com mãos de mestre: é menos um historiador que um compilador de informações, recolhendo incansavelmente tudo o que circula na Cidade do México, livros, manuscritos, conversas, rumores. Donde uma chuva de referências clássicas – Platão, Diógenes Laércio, Sófocles, Lactance, Santo Agostinho... – que ele usa com a mesma segurança que seus colegas europeus, mestiços ou crioulos, e com o hábito, nos seus momentos mais rotineiros, de pilhar os contemporâneos. Uma de suas fontes favoritas é o *Repertorio de los tiempos* (1606),

um tratado de astronomia que oferecia grande quantidade de dados sobre a história e a geografia universais.

É por isso que seu testemunho comunica-nos uma imagem bastante fiel da maneira pela qual um habitante da capital, curioso e bem informado das coisas de seu tempo, representava o mundo. Chimalpahin está longe de dispor das informações políticas guardadas pelo círculo do vice-rei, pelo alto clero, pelos inquisidores ou pelos juízes de audiência, tampouco tem acesso aos conhecimentos que circulam entre os comerciantes portugueses, italianos e espanhóis. Mas, fora dos assuntos que o tocam diretamente – a história de seu senhorio, a história universal e a ordem de Santo Antônio –, ele capta tudo o que interessa dos meios abastados, sem negligenciar nada o que diverte ou apavora as multidões da capital mexicana: mexericos locais,⁴⁵ festas, “alegres entradas”, tremores de terra,⁴⁶ inundações, eclipses, até as tempestades de neve sobre os grandes vulcões que dominam o vale.⁴⁷

“Um reino universal”

O índio Chimalpahin é um escritor mestiço. Seu espírito e sua pena misturam tradições, ideias e palavras que vêm pelo menos de dois universos: a sociedade ameríndia e a Europa ocidental. Até mesmo de um terceiro, quando se interroga sobre as reações dos negros do México, ou de um quarto, quando introduz no seu relato termos japoneses e especula sobre o sentido dos costumes nipônicos.⁴⁸ A maneira como designa o rei da Espanha é reveladora dessas misturas. Em seu *Diário*, Felipe II aparece com o nome de Cemanahuac Tlahtohuani, o “Soberano Universal”.⁴⁹ Ao sabor de uma dessas operações costumeiras⁵⁰ do pensamento mestiço, o cronista indígena combina e recicla termos de sua língua, o náuatle, emprestados do passado e da cosmologia pré-hispânica para designar uma forma inédita de poder: aquele de que dispõe o rei da Espanha desde que governa o “reino universal” (*altepetl cemanahuac*)⁵¹, isto é, a monarquia católica.

Já em 1566, em uma carta em latim, dirigida ao rei Felipe II, um aristocrata mexicano, dom Pablo Nazareo, enriquecia a titulação do soberano, gratificando-o com um exótico e grandiloquente *Chinae Novi Mundi Regi*.⁵² Os títulos atribuídos pela aristocracia mexicana a Felipe de Castela não são, no entanto, elucubrações indígenas. No mesmo ano, o agostiniano Andrés de

Urdaneta não se constringe em afirmar que a Espanha possuía “a maior e a melhor parte da China, assim como as ilhas de Riu-Kiu e dos japoneses”,⁵³ o que, uma boa dezena de anos mais tarde, confirma o galego Bernardino de Escalante: “Este grande reino [a China] depende de distrito da conquista de nosso Rei Católico.”⁵⁴

As mestiçagens são indissociáveis dos contextos em que se desenvolvem, e estes são múltiplos e mutáveis. Chimalpahin reage primeiro às expectativas do meio no qual viveu e que poderiam se circunscrever à Cidade do México, até mesmo à sua capela de San Antonio Abad, a este círculo confortável e refinado de monges e de curas, entre os quais passará a maior parte de seus dias. Homem da cidade, Chimalpahin é igualmente muito ligado à sua região de origem, o sul do vale da Cidade do México, por muito tempo dominada pelo senhorio indígena de onde veio, Chalco-Amecameca. O que não o impede de transpor em pensamento os oceanos. Tanto porque se preocupa em inscrever a história de seu senhorio e do México em uma história universal e divina,⁵⁵ quanto porque é sensível ao mundo de seu tempo.

Na nota que consagra à morte de Felipe II, traduzindo em náuatle a ideia de “senhorio universal”, Chimalpahin exprime claramente a consciência que tem de pertencer à monarquia católica, isto é, a um sistema político que reunia então as possessões da Espanha e as de Portugal, sob o cetro do rei Felipe II. Na verdade, desde 1580, a mesma dinastia reinava sobre uma parte da Europa, sobre as costas da África, Goa, Macau, Filipinas; ela dominava a América, da Terra do Fogo ao Novo México. Seus navios eram os senhores do Atlântico; singravam o oceano Índico; atravessavam o Pacífico. Antecipando novas extensões e gabando seus feitos, súditos da monarquia tinham realmente tendência a transformar esses avanços, nas “quatro partes do mundo”, em senhorio universal ou em supremacia mundial. É o que faz Chimalpahin, em sua nota sobre o desaparecimento de Felipe II, e ele não é o único.

Encontra-se a mesma afirmação na Espanha⁵⁶ – ou na Itália, na pena de um ilustre contemporâneo, Tommaso Campanella, a seu modo também um observador periférico da monarquia. Na aurora do século XVII, o monge calabrés exalta-se evocando a imensidão da “monarquia da Espanha [que] suscita admiração e mostra-se de uma grande audácia, (...) na medida em que subjogou tantos mares, e fez a volta completa do mundo em pouco tempo, com mais arte e audácia do que as que mostraram os tírios, cartagineses e Salomão.”⁵⁷

Se Chimalpahin possui uma percepção livresca do planeta que se molda no esquema europeu das “quatro partes do mundo”, os outros continentes são para ele muito mais que um quadro imaginário. Sua experiência pessoal, sua existência do dia a dia imergem-no em uma cidade com cerca de 100 mil habitantes, México, onde coexistem espanhóis, portugueses, flamengos, índios, mestiços, mulatos e negros da África,⁵⁸ sem contar franceses, italianos e mesmo algumas centenas, até mesmo um milhar de asiáticos desembarcados das Filipinas, da China ou do Japão. Uma sociedade colonial na qual as relações entre os grupos étnicos eram problemáticas e sempre suscetíveis de serem questionadas, como quase foi o caso, em 1609 ou em 1612, quando, tomados de pânico, os espanhóis temeram ser massacrados, até o último, por seus escravos africanos.⁵⁹

Não se poderia, pois, falar de Chimalpahin e da Nova Espanha sem levar em conta essas dimensões planetárias. Estas não são, aliás, tão inesperadas, uma vez que o estudo dos fenômenos de aculturação, dos sincretismos religiosos e das imagens mestiças, no México espanhol, não cessou de confrontar-nos com o choque e o cruzamento dos mundos.⁶⁰ Nos textos, como nas pinturas, grande quantidade de seres e de objetos justapõe ou mistura traços vindos da Europa e de outros lugares.⁶¹ Essa alquimia de mestiçagens artísticas confirma a intensidade das circulações e projeta-nos através dos espaços e dos tempos, desvendando paisagens misturadas, muitas vezes desorientadoras, sempre imprevisíveis.

“Histórias conectadas”⁶²

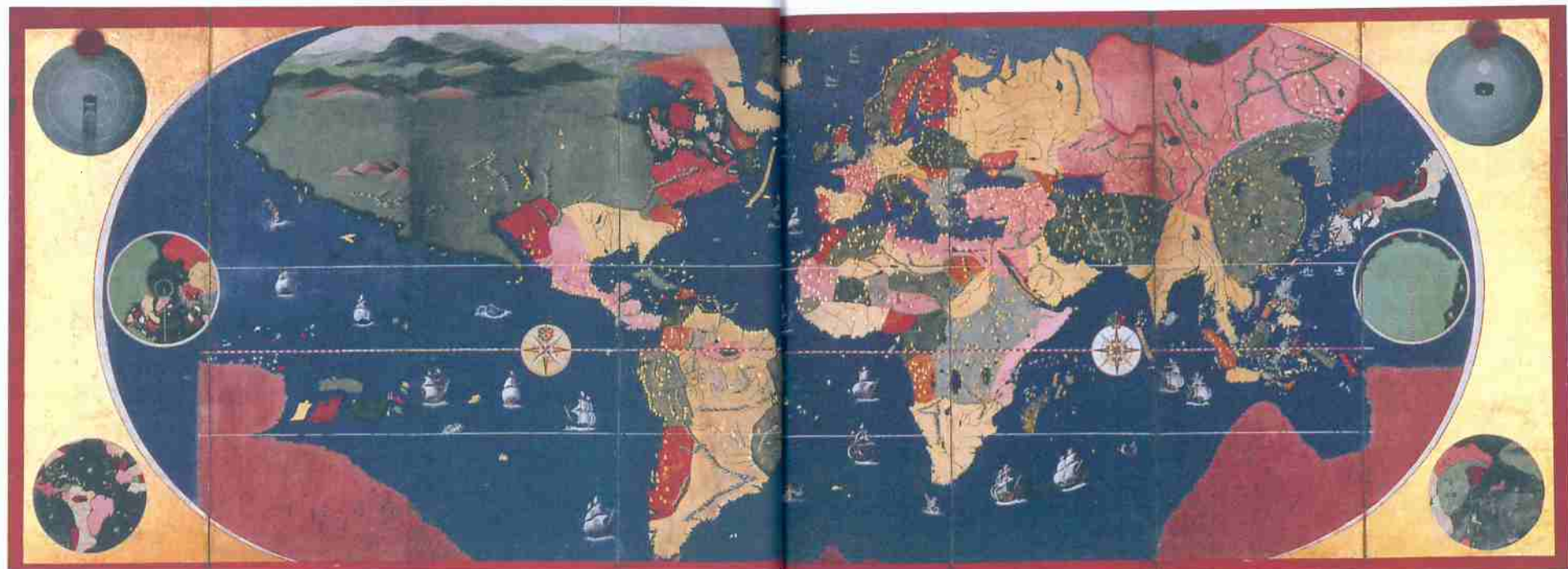
Como conceber as circulações e as relações entre mundos e histórias múltiplas, se o eurocentrismo, se não for o provincialismo, com seu gosto pelo exotismo e o primitivo, entrava ou parasitava a leitura dos passados não europeus? Os trabalhos dos historiadores da Europa ocidental não nos ajudam a olhar para além dos limites dessa porção do mundo, e seus colegas americanos, ainda muitas vezes presos a fronteiras herdadas do século XIX, não nos trazem mais ar fresco.⁶³ Quanto aos especialistas da história mundial, ou *world history*, se o exemplo deles nos encoraja a ultrapassar os velhos horizontes nacionais, seu procedimento nem sempre é despojado de etnocentrismo.⁶⁴ Julgado intelectualmente redutor e suspeito de intenções hegemônicas, o etnocentrismo europeu foi objeto ultra-Atlântico de ataques sistemáticos.⁶⁵ Essas críticas prestam-se tanto mais a reflexões quanto são,

muitas vezes, em grande parte merecidas. Mas uma outra razão, diferentemente mais poderosa, milita hoje pelo alargamento de nossos imaginários. A progressão da mundialização está a ponto de modificar as estruturas habituais de nosso pensamento. São nossos modos de revisitar o passado que se acham inexoravelmente abalados. Intercâmbios de todos os tipos desenvolvem-se entre as diferentes partes do globo e questionam radicalmente a centralidade de nosso Velho Mundo e de suas concepções.

A evolução das técnicas, a aceleração das comunicações, mas também a criação artística, em todas as suas formas, não cessam de remeter-nos, dia após dia, a esses questionamentos. A produção cinematográfica asiática desses últimos anos, para não dar senão um exemplo, desorganiza todas as nossas noções de tradição e de modernidade. “Que o mundo chinês modernizado, sem renegar suas origens e suas singularidades, possa ser portador ‘naturalmente’ dos valores formais, aos quais tende a modernidade cinematográfica, é uma estranha promessa, não somente para o cinema.”⁶⁶

Semelhante desafio implica que se desconfie das historiografias nacionais que se esforçaram, por muito tempo, em escamotear essas circulações, impermeabilizando suas fronteiras. São testemunhas disso as que separam

ainda Portugal da Espanha e que levaram esses bloqueios até a caricatura.⁶⁷ As distâncias cavadas por gerações de historiadores, entre os passados dos dois países ibéricos, explicam que temos dificuldade em compreender, hoje, que grandes textos espanhóis⁶⁸ tenham podido ser publicados em Lisboa com “licenças” portuguesas, antes de o serem em Castela, ou que portugueses tenham exercido responsabilidades na América espanhola.⁶⁹ Esses confinamentos repercutem-se nas divisões da América Latina, cortando o Brasil de uma América hispânica, por sua vez fragmentada em uma ladainha de histórias nacionais nascidas das independências do século XIX. Mais recentes e mais capciosas ainda, as retóricas da alteridade – o discurso ou o olhar sobre o Outro, a visão do Outro – levantam obstáculos tão temíveis quanto as faltas de penetração e as estreitezas das historiografias locais. Diferenças e distâncias muitas vezes exageradas, reificadas, e às vezes até imaginadas em todos os detalhes acabam por enterrar as continuidades, escamotear as coincidências ou as passagens que tornavam viáveis, no dia a dia, a coexistência entre os seres e as sociedades.⁷⁰ Quanto à voga da micro-história – ou da microetno-história –, ela quase não contribuiu para alargar nossos horizontes.



Mapa do mundo. Biombo japonês, início do século XVII.
Museu da Cidade de Kobe, Japão.

Como conseguir repor juntos elementos aparentemente tão díspares quanto o assassinato do rei Henrique IV, a escrita indígena na Cidade do México espanhol e o interesse dos habitantes do México pelo Japão dos Tokugawa? Em outras palavras, como retomar o estudo dos “desencantamentos planetários” (Pierre Chaunu)⁷¹ ou dos “cruzamentos de civilizações” (Fernand Braudel)?⁷² Em seu *Méditerranée*, Fernand Braudel já havia colocado o “problema fundamental do contato das civilizações e das culturas”,⁷³ quando se interrogava sobre os vínculos entre a Europa cristã e o islã turco, esses “cruzamentos de civilizações” em ação, tanto na Península Ibérica quanto na dos Bálcãs.⁷⁴ Para compreender por que o índio *chalca* Domingo Chimalpahin interessa-se pelo Japão dos Tokugawa e pela França de Henrique IV, é preciso, pois, reaprender a transpor os oceanos tirando proveito, por exemplo, das lições de uma *world history*, tão salutar em tempo de retração, mas sem dela utilizar maquinalmente as vias, de tanto que essas aproximações macro-históricas sacrificam em profundidade o estudo das situações e dos seres que nos interessam.⁷⁵ As pistas de uma história cultural descentrada, atenta ao grau de permeabilidade dos mundos e aos cruzamentos de civilizações, podem igualmente revelar-se fecundas, com a condição de escapar às carências habituais dessa disciplina. Ancorada na esfera da arte e da cultura, essa história cultural ampliada não adquire todo seu sentido senão em um quadro mais vasto, capaz de explicar, para além das “histórias partilhadas”,⁷⁶ como e a que preço os mundos se articulam.

Os laços que unem um cronista mexicano aos continentes europeu, asiático ou africano mostram, com efeito, que as circulações do Renascimento não se limitam à Europa e a seu vizinho otomano. A questão é, pois, planetária. A presença de um retábulo barroco em uma capela indígena do Novo México ou a inserção de um termo japonês no náuatle de Chimalpahin são dados de aparência microscópica, mas sua interpretação exige que se questione o modo de acoplamento de um mundo em outro, sem limitar-se aos laços atados pela Europa ocidental com o resto do globo. As relações entre as artes europeias e ameríndias, entre as mitologias do Velho e do Novo Mundo, dependem de uma mecânica complexa. Esses fenômenos desenvolvem-se de fato no seio de um campo mais amplo, o de uma história ainda a construir e que se apoiaria em *connected histories*, para retomar a fórmula do historiador da Ásia e de Portugal, Sanjay Subrahmanyam.⁷⁷ A exumação dessas “conexões” históricas pode servir para abolir as aproximações ou os *a priori* da história comparada, mas ela obriga também a admitir que as histórias são

múltiplas, mesmo se muitas vezes têm interesses comuns ou comunicam-se entre si. Os universos que a crônica de Chimalpahin reúne – a Ásia japonesa, a Europa de Roma e de Paris, o México profundo de Chalco-Amecameca – estão implicados em processos históricos de grande envergadura, que vão muito além das preocupações do autor e ultrapassam o domínio da história, tal como a compreendemos habitualmente, isto é, a história ocidental. À primeira vista, a tarefa é simples: trata-se de apreender ou restabelecer as conexões surgidas entre os mundos e as sociedades, um pouco à maneira de um eletricista que viria reparar o que o tempo e os historiadores desuniram.

Um teatro de observação: a monarquia católica (1580-1640)

Resta definir em que escala, em qual registro e em qual espaço intervir para analisar esses “contatos” ou esses “cruzamentos”. Analisando os afrescos e visitando os ateliês dos pintores indígenas do México, na segunda metade do século XVI,⁷⁸ descobrimos que a fábula antiga, o estilo maneirista, a moda e a técnica dos grotescos serviam de liames e até de atratores entre crenças ameríndias e crenças cristãs. Entre os pintores *tlacuilos*, os nobres indígenas e os monges espanhóis, através dos motivos, das formas e das cores, detectamos uma dessas inumeráveis “histórias conectadas”, que esclarecem a construção das sociedades coloniais na América Latina. É tempo agora de abrir outras investigações sobre horizontes mais vastos, definidos menos em função de recortes que seriam os nossos atuais – a Europa ocidental, a América Latina, o México, o Peru, o mundo hispânico... – do que a partir dos conjuntos políticos de visão planetária que existiram em certas épocas do passado.

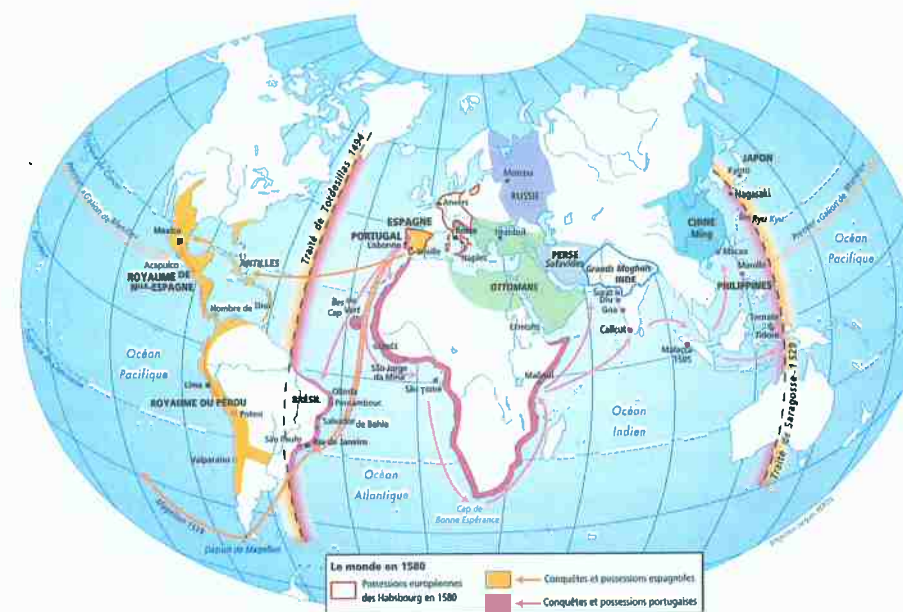
As curiosidades do cronista Chimalpahin nos ensinaram como um letrado indígena podia representar um desses conjuntos planetários, vivê-lo e descrevê-lo. O conjunto que nos interessa aqui associa quatro continentes e constitui uma configuração política que os contemporâneos chamavam de “monarquia católica”. A monarquia reunia imensos territórios sob o cetro de Felipe II. A partir de 1580, a “união das coroas” acrescentou Portugal e suas possessões de além-mar à herança de Carlos Quinto, diminuída do império; reinos tão distantes quanto Nápoles, Nova Espanha, Peru, cidades tão disseminadas sobre o globo quanto Goa, Manila, Salvador da Bahia, Lima, Potosi, Antuérpia, Madri, Milão, Nápoles encontraram-se assim sob o mesmo soberano. Depois de Felipe II, seus sucessores Felipe III e Felipe IV dominarão esse gigantesco espaço até 1640.

Durante esse longo meio século, a Península Ibérica em sua integralidade, uma boa parte da Itália, os Países Baixos meridionais, as Américas espanhola e portuguesa, da Califórnia à Terra do Fogo, as costas da África ocidental, regiões da Índia e do Japão, oceanos e mares longínquos compuseram o “planeta filipino” sobre o qual, a cada meia hora, a missa era celebrada. Esse aglomerado planetário apresenta-se primeiro como uma construção dinástica, política e ideológica, cujas origens e consequências foram frequentemente dissecadas. A herança do império romano e das experiências medievais, os arroubos da “conquista espiritual”, a sombra perturbadora dos messianismos aí ocupam tanto espaço quanto as alianças matrimoniais, que aconteceram a favor dos reis católicos, antes de ser proveitosa aos Habsbourgos. O acaso atou e desatou as combinações matrimoniais que, no fim do século XV, punham a união das três coroas – Castela, Aragão e Portugal – na ordem das coisas vindouras.⁷⁹ Não podendo inscrever-se na tradição imperial da Europa medieval – Felipe II não é imperador –, a dominação filipina buscou fundar suas pretensões universais sobre sua extensão geográfica – “os reinos mais extensos...”⁸⁰ Os historiadores das instituições ensinaram-nos muito sobre essas questões. Os da economia não ficaram para trás, mostrando que a monarquia católica havia sido o berço de uma primeira economia-mundo.⁸¹ Mas esses trabalhos não poderiam fazer esquecer outras facetas igualmente universais, a começar pelo desdobramento planetário das burocracias e das instituições que serviam, todas, à Coroa e à Igreja.⁸² As redes trançadas pelas ordens mendicantes, a Companhia de Jesus, os banqueiros italianos ou ainda os homens de negócio marranos⁸³ ligavam igualmente as quatro partes do mundo sem confundir-se com a monarquia. A exploração de domínios aparentemente menos estratégicos, que sejam manifestações literárias, plásticas, arquiteturas ou musicais do domínio filipino; revela-se igualmente rica. Ela descobre o brilho internacional do maneirismo, a primeira arte a expandir-se em vários continentes ao mesmo tempo.

A monarquia católica singulariza-se também pelo espaço planetário que a constitui. Fragmentado demais e disperso demais sobre o globo, para deixar-se facilmente abarcar, esse espaço foi habitualmente escamoteado em proveito de abordagens centradas em Castela ou no Mediterrâneo ocidental.⁸⁴ Estudos italianos, frequentemente muito sugestivos, negligenciam igualmente o peso das Américas ibéricas, de Portugal e da Ásia portuguesa nos desenvolvimentos que dedicam ao *sistema imperiale*.⁸⁵ A tarefa, é verdade, não é fácil. Como o Mediterrâneo de Fernand Braudel, a monarquia

católica é um “personagem (...) complexo, embaraçador, fora de série, [que] escapa às nossas medidas e às nossas categorias”.⁸⁶ Não somente é um mosaico planetário, constituído de peças importadas, cujo número, diversidade e articulações desafiam a exploração, mas esse conjunto, que merece o epíteto de efêmero, talvez tanto quanto o império de Carlos Quinto, não se inscreve em nenhuma longa duração. Esse conglomerado não sobreviverá à revolta de Portugal em 1640.⁸⁷

Sem passado e sem precedente, desprovida da menor unidade geográfica, a monarquia está ao mesmo tempo enraizada em continentes – as Índias ocidentais – e instalada sobre os mares – o oceano Índico dos portugueses.⁸⁸ Ela apresenta uma outra singularidade: multiplica o face a face com as outras grandes civilizações do mundo; na América com os antigos impérios do México e dos Andes; na Ásia com a Turquia dos otomanos, a Índia dos Grãos-Mogóis, a China dos Ming, o Japão da era Momoyama e dos Tokugawa; na África com os reinos de Guiné, o império do Mandimansa, o império do Mali e o império da Etiópia.⁸⁹ Por toda parte, salvo na América, das Filipinas às costas da África, ela enfrenta um de seus inimigos mais irreduzíveis: o islã.



O mundo em 1580, cartografia AFDEC.

O espaço da monarquia distingue-se, antes de tudo, pelas circulações planetárias que aí se desenrolam e que a irrigam através da “brassagem” dos homens, das sociedades e das civilizações.⁹⁰ Em todas as partes do mundo, a dominação ibérica aproxima, põe em relação ou interpenetra formas de governo, de exploração econômica e de organização social. Temporalidades são, de repente, ligadas entre si. Por toda parte, confrontam-se brutalmente instituições religiosas e sistemas de crenças, que nada os dispunha a coexistirem. O cristianismo romano opõe-se não somente ao islã, mas também ao que os ibéricos chamavam de “idolatrias”, designando por esse termo tanto os cultos da América e da África quanto as grandes religiões asiáticas.⁹¹ Aí se acrescenta a luta contra os judaizantes e os protestantes, que por toda parte acompanham a monarquia na sua mobilização planetária. Em Goa, México ou Lima, o Santo Ofício da Inquisição teve que aprender a medir-se com meios e imensidões que, por sua vez, transformaram inexoravelmente as modalidades e o alcance de sua ação.⁹²

Mestiçagens e dominação planetária

As mestiçagens são, em grande parte, constitutivas da monarquia. Estão aí onipresentes. São fenômenos de ordem social, econômica, religiosa e, sobretudo, política, tanto senão mais que processos culturais.⁹³ A abordagem cultural não poderia dar conta da multiplicidade dos domínios no seio dos quais eles se desenvolvem. Especialmente, como dissociar as mestiçagens das relações de força em que elas surgem? Os empreendimentos de dominação que precipitam as mestiçagens, ou que, em certos momentos, paralisam-nas e apagam-nas, exercem-se em escalas muito diversas. Eles podem ser locais (Cidade do México), regionais (a Nova Espanha), coloniais (as relações com a metrópole), mas também globais (a monarquia). A monarquia católica e seus mundos mesclados são assim percorridos por miríades de interações, que remetem a formas múltiplas e móveis de dominação.⁹⁴ Em que medida essas ligações inscrevem-se em uma estratégia de conjunto, por mais ambiciosa que seja? A Igreja, a Coroa, as administrações ibéricas nutririam um grande projeto global ao qual se oporia uma infinidade de “histórias locais”?⁹⁵ Ou estaríamos em presença de realidades muito mais complexas? É nesse contexto histórico e retomando uma reflexão esboçada em meus trabalhos precedentes que me interrogarei sobre a proliferação das mestiçagens – mas também sobre sua limitação – em sociedades submetidas a uma

dominação de ambições universais.⁹⁶ Hoje, a questão talvez seja ainda mais crucial. Se pusermos em relação generalizada, “choque das civilizações”, mistura das sociedades, os temas remetem invariavelmente à cena contemporânea, quer se identifique mundialização com “império americano”, quer se interrogue sobre a homogeneização das sociedades e dos modos de vida sobre o planeta.⁹⁷

Nada assegura que os processos atuantes na monarquia tenham estado diretamente na origem das transformações que acompanharam o fim do século XX. A busca das origens é uma velha obsessão da historiografia ocidental que, se não perdeu seu encantamento, atinge depressa seus limites. O exemplo do índio Domingo Chimalpahin encoraja-nos a visitar as “quatro partes do mundo” preferencialmente com as ferramentas do historiador e a curiosidade do cronista e, pois, a resgatar arquivos, a extrair das imagens e dos textos um outro passado, bloqueado entre as páginas que reconstruíram outras formas de história. Esse passado, tecido de “histórias conectadas”, se não é mais revelador ou mais autêntico que as versões que o precederam, suscita interrogações que se cruzam muitas vezes com as nossas, com a distância crítica que impõem os séculos e os oceanos. E essas questões ultrapassam amplamente o campo da economia, das tecnologias e da comunicação, no qual se fecham habitualmente os *experts* da mundialização contemporânea.